

SUBNOTIFICAÇÕES DE DEMAIS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DURANTE O ENFRENTAMENTO À COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE PÚBLICA

Stephany Paula da Silva Canejo¹; Milene Melo de Barros².

^{1,2}Bacharel em Enfermagem, Centro Universitário dos Guararapes (UNIFG), Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

DOI: 10.47094/IIICNNESP.2022/86

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Notificação de Doenças. Sistemas de Informação em Saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Epidemiologia.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2020) as ações de vigilância epidemiológica funcionam em torno da coleta de informações e a investigação de casos para a avaliação da situação sanitária e programação de ações a serem tomadas para o controle de doenças e situações de agravos à saúde. Nesse sentido, são indispensáveis as notificações de agravos e doenças em tempo oportuno, especialmente em casos suspeitos ou confirmados de doenças contagiosas (OPAS, 2020). Em janeiro de 2020, o primeiro caso do novo coronavírus foi notificado às autoridades no Brasil, sendo a situação sanitária considerada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março do mesmo ano (CARVALHO; CÉSAR, 2021). A partir de então, os números de casos no mundo cresceram exponencialmente, levando a um cenário de esgotamento de recursos na saúde, superlotação em hospitais e a necessidade de medidas preventivas mais rigorosas serem tomadas (SACRAMENTO, 2020). Dentre essas medidas destaca-se o distanciamento social, possibilitado pelo fechamento de serviços considerados não essenciais, tais como escolas e serviços de lazer, entre outros (RAMOS et al., 2021). O distanciamento, embora essencial para o controle da disseminação do novo coronavírus, restringiu a população a ser atendida em serviços de saúde *on-line*, cuja principal limitação é a impossibilidade de dar um diagnóstico positivo sem a realização de testes presenciais, seja de COVID-19 ou de outras doenças compulsórias com sintomatologias similares (PALOSKI et al., 2020). A importância que as notificações compulsórias têm na Saúde Pública e no planejamento de ações em Saúde Pública torna imperativo que se busque entender como a pandemia afetou o funcionamento da vigilância epidemiológica e quais as consequências disso no cenário sanitário pós-pandêmico.

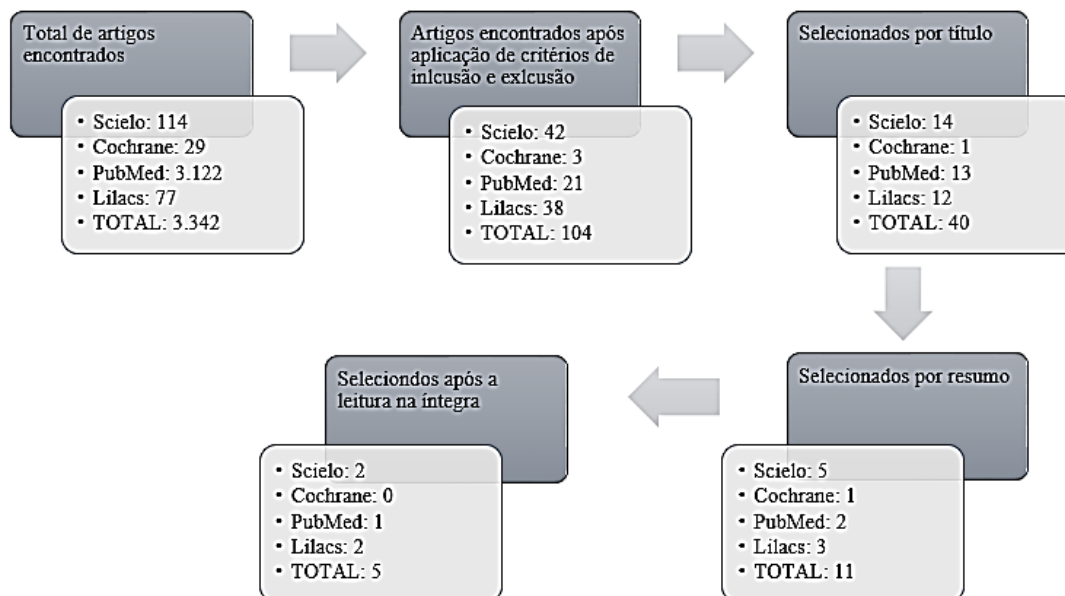
METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, metodologia que viabiliza a elaboração de um apanhado teórico-analítico geral que possibilite determinar quão reproduzível são os resultados dos estudos na prática (GONÇALVES, 2019). O artigo foi conduzido pela seguinte pergunta norteadora: “Como a pandemia do coronavírus afetou as notificações de outras doenças compulsórias e quais as consequências disso para a Saúde Pública no cenário pós-pandêmico?”. O levantamento dos artigos foi realizado em maio de 2022, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Cochrane Library; PubMed; e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Tal levantamento se realizou através do cruzamento dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde-Biblioteca Virtual de Saúde (DECS-BVS): Notificação em Saúde AND Pandemia AND Sistemas de Informação em Saúde, e seus equivalentes em Inglês e Espanhol, cruzados através do operador booleano “AND”.

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: fontes que abordaram as temáticas de maneira satisfatória ao tema e objetivo propostos neste trabalho; trabalhos realizados em português, entre os anos de 2019 e 2022, que estavam disponíveis na íntegra e com acesso gratuito. Foram descartados os trabalhos cujos resumos não abordavam satisfatoriamente o objetivo proposto ao tema, que abordavam outros temas, que se encontravam em outras línguas e/ou que estavam duplicados nas bases de dados.

Foram encontrados 3.342 trabalhos sem aplicação de filtros nas bases de dados e sem a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, e 104 com a aplicabilidade destes. A segunda fase da seleção foi realizada por meio da análise da pertinência dos trabalhos pelos seus respectivos títulos, tendo ocorrido nesta fase o descarte de 9 trabalhos duplicados nas bases de dados e o descarte de 55 artigos cujos títulos não atendiam ao tema proposto. A terceira etapa foi destinada ao descarte após a leitura dos resumos dos trabalhos restantes, 13 foram selecionados para a leitura na íntegra. A partir destes, 05 estudos, por final, foram selecionados após a leitura de seus conteúdos. O Gráfico 1, a seguir, mostra o fluxograma da estratégia de seleção dos artigos.

Gráfico 1: Fluxograma com estratégia de seleção dos artigos.



Fonte: Autores.

No quadro 2 a seguir estão descritos, respectivamente, cada um dos trabalhos selecionados, exibindo a caracterização da avaliação dos estudos quanto a seus respectivos títulos, anos de publicação, e revistas nas quais foram publicados.

Quadro 2: Detalhamento das características dos artigos incluídos.

Nº	Título	Ano de publicação	Revista
01	Decréscimo nas notificações compulsórias registradas pela Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar do Brasil durante a pandemia da COVID-19: um estudo descritivo, 2017-2020	2021	Revista do SUS
02	Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil	2022	Revista Brasileira em Promoção da Saúde
03	Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil	2020	Revista Brasileira Ter Intensiva
04	A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19	2021	Caderno EBAPE
05	Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: vigilância epidemiológica	2020	Epidemiol. Serv. Saude

Fonte: Autores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A subnotificação de casos de coronavírus já é um fato. O estudo de Prado *et al.* (2020) estimou que o número real de casos foi cerca de 11 (onze) vezes maior do que os conhecidos no momento atual, reportando ainda uma grande diferença entre os números de notificações realizadas nos estados brasileiros. Essa subnotificação pode levar a uma subestimação do real perigo do vírus, à leitura errada do progresso da doença no país e à tomada de decisões inadequadas (CAETANO; CASEMIRO, 2021). Desse modo, considera-se tal inobservância um fator de risco alarmante para a pandemia, assim como a subnotificação das demais doenças compulsórias para o acompanhamento de situações de possíveis surtos ou epidemias.

De acordo com Massuda *et al.* (2020), quando a pandemia chegou ao Brasil, o SUS já não tinha mais o mesmo poder de resposta a crises, devido a sua fragilização em consequência de cortes no seu financiamento e a certas políticas adotadas pelo governo federal. Afeta-se, dessa forma, a maneira como um sistema de saúde como o SUS poderia ter respondido à pandemia sem negligenciar a vigilância epidemiológica e outros agravos (MASSUDA *et al.*, 2020; MASCARENHAS *et al.*, 2020).

Compreende-se que a quantidade de casos novos e óbitos devido a COVID-19 pode ter sido responsável pela população ter um maior receio em procurar os serviços de saúde e, assim, dificultar a detecção e notificação dessas doenças (SALLAS *et al.*, 2021). Com todos os recursos materiais e humanos voltados para o manejo da pandemia, a subnotificação de outros agravos pode ter aumentado, devido a falhas no diagnóstico de patologias com sintomatologias similares às do novo coronavírus, bem como devido ao possível despreparo dos profissionais de saúde ao lidar com quaisquer outras doenças no cenário pandêmico (BRITO; FORMIGOSA; NETO, 2022; LEVANDOWSKI *et al.*, 2021).

Sabe-se que algumas doenças e agravos compulsórios já sofriam com subnotificações antes do surgimento da pandemia, como a sífilis, por exemplo, apesar do aumento considerável de casos da doença (DOMINGUES *et al.*, 2020). Evidências indicam que momentos de crises e desastres elevam o número de violências a crianças e adolescentes, enquanto as notificações desses agravos diminuem drasticamente, assim como também acontece com as notificações de tentativa de suicídio (LEVANDOWSKI *et al.*, 2021). Esse cenário cega os estados sobre as reais situações sanitárias e sobre a incidência de agravos e doenças compulsórias, afetando as ações de Saúde Pública à medida que os casos de COVID-19 diminuem.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a subnotificação de casos de doenças e agravos compulsórios é uma realidade. Esse decréscimo pode estar relacionado aos efeitos da pandemia do novo coronavírus em todo o sistema de saúde e em toda a sociedade em geral. Dessa maneira, é imprescindível que ocorra o preparo dos profissionais de saúde e do próprio sistema de saúde para lidar com a necessidade de fortalecimento da vigilância epidemiológica em todo o país, a fim de alimentar bases de dados, gerar informações sobre o real cenário sanitário e gerar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRITO, C. V. B.; FORMIGOSA, C. de A. C.; NETO, O. S. M. Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil. **Rev Bras Promoç Saúde**, v. 35, p. 1-11, 2022.

CAETANO, J. M.; CASEMIRO, F. H. C. Saúde como escolha política: SRAG e subnotificação nas cidades sul mineiras. **Revista Tamoios**, v. 17, n. 2, p. 187-205, 2021.

CARVALHO, C. G.; CÉSAR, J. J. A importância da notificação compulsória: COVID-19. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 34, n. 1, p. 11-16, 2021.

DOMINGUES, C. S. B. *et al.* Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: vigilância epidemiológica. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 30, n. 1, p. 1-12, 2021.

GONÇALVES, J. R. **Manual de artigo de revisão de literatura**. Brasília (DF): Editora Processus, 2019.

LEVANDOWSKI, M. L. *et al.* Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, p. 1-15, 2021.

MASCARENHAS, M. D. M. *et al.* Ocorrência simultânea de COVID-19 e dengue: o que os dados revelam? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 1-4, 2020.

MASSUDA, A. *et al.* A resiliência do Sistema Único de Saúde frente à COVID-19. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, edição especial, p. 735-744, 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **COVID-19 e a importância de fortalecer os sistemas de informação**: kit de ferramentas de transformação digital. Washington D.C., 2020.

PALOSKI, G. do R. *et al.* Contribuição do telessaúde para o enfrentamento da COVID-19. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. spe, p. 1-6, 2020.

PRADO, M. F. *et al.* Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 32, n. 2, p. 224-228, 2020.

RAMOS, A. R. *et al.* COVID-19: repercussões para enfermagem, estruturação e resolutividade de sistemas nacionais de saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, n. esp., p. 1-7, 2021.

SACRAMENTO, J. Números, casos e (sub)notificações: a vigilância epidemiológica e o boletim epidemiológico como tecnologias do biopoder. **Cadernos de Campo**, v. 29, n. supl., p. 182-193, 2020.

SALLAS, J. *et al.* Decréscimo nas notificações compulsórias registradas pela Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar do Brasil durante a pandemia da COVID-19: um estudo descritivo, 2017-2020. **Revista do SUS**, v. 31, n. 1, p. 1-9, 2022.